

ORIGENS, DESENVOLVER E RISCOS DA CRISE INTERNACIONAL DE ENDIVIDAMENTO*

*Elmar Altwater***

1 — Taxa de lucro e juro: um modelo simples

Após uma década de desemprego em massa nos países industrializados do Ocidente, hoje em dia não se trata mais apenas de perguntar por que pôde sobreviver a crise em meados dos anos 70, mas por que a crise dura tanto a ponto de — mesmo desconsiderando recuperações de pouco fôlego — ainda não se vislumbrar um fim do persistente desemprego em massa. Pode-se dizer, para a economia mundial hoje, o que Antonio Gramsci constatava para a crise política da Itália nos anos 20: “A crise consiste exatamente na circunstância de que o velho morre e o novo não nasce”? Quais as transformações estruturais que têm de acontecer na economia mundial para oferecer chances de emprego para todos que procuram trabalho? Se aqui deixarmos de considerar o desenvolvimento do emprego, sem dúvida importante, no “setor informal”¹ ou na “economia das sombras”, encontraremos uma resposta para a pergunta se sondarmos o mecanismo de funcionamento da acumulação real e monetária no mercado mundial. Pois, como sugere uma série de indicadores, desde os anos 70 formou-se uma situação, em relação às décadas anteriores, totalmente diferente, para a qual é característico que, de um lado, os processos reais transcorram apenas num ritmo reduzido ou estagnem — como o crescimento do PIB, os investimentos, o comércio mundial e, não por último, a evolução do emprego —, enquanto, do outro lado, quase explodem os agregados monetários, especialmente os empréstimos

* Conferência proferida durante o Terceiro Colóquio Internacional, realizado na Politicka Skola SKJ Josip Broz Tito, em Kumrovec, Iugoslávia, entre 27 e 29 de outubro de 1985, traduzida do alemão por Claudio Einloft.

* Professor da Universidade Livre de Berlim na área de Ciência Política.

Ver Raffaele de Grazia, “Clandestine Employment — The situation in the industrialised market economy countries” (Geneva: International Labour Office, 1984); International Labour Office, World Labour Report, (Geneva, 1984), pp. 50-52; Hannelore Weck, Werner W. Pommerehne, Bruno S. Frey, “Schattenwirtschaft” (Franz Vahlen: München 1984).

creditícios dos bancos transnacionais.² E, quando as taxas de incremento do crédito internacional diminuíram depois de 1982, as taxas de juro deram um salto para cima, ultrapassando de longe os rendimentos de investimentos em capital real.

Podemos nos aproximar do problema com um modelo simples que contém hipóteses e conseqüências macroeconômicas de decisões microeconômicas: uma empresa com uma determinada soma de capital-dinheiro (**D**) tem para ela diversas possibilidades de utilização, cuja efetivação depende da comparação entre as taxas de juro (**i**) nos mercados financeiros e as expectativas de rentabilidade de investimentos reais (π). Essa comparação obviamente só faz sentido no plano da empresa individual, pois, para uma economia como um todo, a alternativa entre rendas provindas de juros e de lucros só existe em termos monetários, nunca em termos reais: os juros, como os lucros, também têm de ser produzidos em termos reais, ou ser tomados da renda corrente, isto é, às custas do consumo ou dos investimentos. Do ponto de vista da economia como um todo, juros e lucros empresariais encontram-se numa situação de soma nula, pois eles são distribuídos — se se desconsidera a poupança dos trabalhadores — do lucro global.

Esse é um ponto central da teoria marxista do dinheiro e do crédito. Marx rejeita a idéia dos clássicos de que possa haver algo como um “juro natural”, uma categoria que mais tarde foi celebrada novamente por Knut Wicksell. Segundo Marx, a diferenciação qualitativa de lucro e juro decorre da “(. . .) divisão puramente quantitativa da mesma porção de mais-valia” (MEW, vol. 25, cap. 22, p. 377). Mesmo que não exista uma taxa natural de juro, a “(. . .) sempre flutuante taxa de juro de mercado é dada em cada momento como grandeza fixa”, enquanto a “(. . .) taxa geral de lucro só existe permanentemente como tendência, como movimento de equalização das taxas de lucro particulares” (MEW, vol. 25, p. 377 e seg.). Portanto: “O lucro médio não aparece como fato imediatamente dado, mas como resultado final, ainda a ser encontrado através da investigação, da equalização de flutuações opostas. Diferente é o caso da taxa de juro. Em sua validade geral, pelo menos local, ela é um fato diariamente fixado, um fato que até serve ao capital industrial e mercantil como pressuposto e elemento no cálculo de suas operações” (MEW, vol. 25, p. 380). No fundo, isso é uma indicação de uma diferenciação feita mais tarde, no quadro da teoria keynesiana, entre a taxa de juro “interna” (taxa de lucro) e a “externa”. Certamente que essa aparência de autonomia e/ou autonomização do juro é enganosa. Como escreve Marx, “(. . .) o limite mínimo do juro é totalmente indeterminável. Ele pode cair para qualquer nível” (MEW, vol. 25, p. 370). Como ainda terá de ser mostrado, foi exatamente isto que aconteceu na primeira metade dos anos 70, quando internacionalmente os juros reais chegaram a assumir até valores negativos. Mas

² O PIB real dos países da OCDE cresceu, de 1971 a 1980, a uma média anual de 3,3% em termos reais. Na mesma década, o comércio mundial expandiu-se a uma taxa média anual de 6,5%. A concessão de créditos dos bancos transnacionais, porém, cresceu, de 1973 a 1983, anualmente 22%. Nessa média estão contidas as baixas taxas de crescimento de 1982 e 1983, quando os bancos diminuíram abruptamente seus empréstimos, após a Guerra das Malvinas, o golpe de estado na Polônia e as crises de pagamento do México e do Brasil.

“(. . .) como o juro é apenas uma parte do lucro, que, segundo a nossa suposição, terá de ser pago pelo capitalista industrial ao capitalista monetário, assim o próprio lucro aparece como limite máximo do juro, onde a parte que caberia ao capitalista em função seria = 0. Abstraindo de casos isolados, em que o juro de fato pode ser maior que o lucro, mas então não pode ser pago a partir do lucro, poder-se-ia talvez considerar como limite máximo todo o lucro menos (. . .) a parte do mesmo que (. . .) consiste em salário de supervisão” (MEW, vol. 25, p. 370). Como igualmente pode ser mostrado, os “casos isolados” aqui indicados tornaram-se a regra desde o começo dos anos 80 — e justamente por isso surgiu a dramaticidade da atual crise de endividamento.

Para a empresa individual, a aplicação de uma soma de dinheiro que proporciona juros ou lucros é uma alternativa. Nesse caso, a taxa de juro para cada empresa é preestabelecida e não influenciável. Entretanto, em virtude do alto grau de entrelaçamento dos mercados financeiros internacionais, também às instâncias de política econômica do Estado Nacional é tirada a “soberania quanto ao juro”. Isto significa que uma grandeza monetária, ou seja, a taxa de juro (i), se torna o marco pelo qual o comportamento empresarial e — com a perda da “soberania quanto ao juro” — também a política econômica de estados nacionais se orientam. Até certo ponto, a rentabilidade é influenciável tanto pela empresa como também pela política econômica estatal, e, por isso, a perda da soberania quanto ao juro é parcialmente compensável através de fatores que têm importância para a rentabilidade. Certamente que se pode imaginar um nível de juros que não está ao alcance de nenhum tipo de medida para a configuração da rentabilidade. O resultado é que, em tal situação, quase todos os recursos monetários disponíveis fluem para aplicações financeiras e, com isso, estagna o processo real de investimentos.

Se a taxa de juro nos mercados financeiros é menor que a rentabilidade esperada dos investimentos ($i < \pi$), então os fundos passíveis de serem investidos fluem para a acumulação real, isto é, são utilizados produtivamente para contratar força de trabalho (L) no mercado de trabalho e para comprar bens de capital (K) no mercado de produtos. As mercadorias produzidas (M') com uma dada tecnologia no processo produtivo (P) são transformadas novamente em dinheiro (D' ; $D' > D$) no mercado de produtos. Os preços da força de trabalho (salário e custos adicionais) e do capital, bem como a tecnologia adotada no processo de produção, determinam a intensidade de capital (K/L) como uma grandeza estrutural que mede, do lado dos *inputs*, a relação quantitativa entre capital e trabalho. As relações do *output* (Y) — isto é, de D' são subtraídos os adiantamentos — com o *input* de capital (K) e de trabalho (L) equivalem, respectivamente, às produtividades do capital e do trabalho. Sua magnitude depende, evidentemente, pelo lado dos *inputs*, tanto da tecnologia de produção como também dos preços da força de trabalho e dos bens de capital e, pelo lado do *output*, dos preços dos produtos finais, bem como do grau de utilização da capacidade instalada, condicionado pelo mercado. A rentabilidade do capital pode ser expressa, através dessas magnitudes, como produto da produtividade do capital e da parcela dos lucros (Pr) no *output* (Y): $\pi = (Pr/Y) (Y/K)$. Como a produtividade do capital também pode ser expressa como relação entre a produtividade do

2 – Estagnação do processo de investimento

Tradicionalmente, distingue-se **propensão** ao investimento de **possibilidades** de investimento das empresas. A propensão é dependente – em terminologia keynesiana – da eficiência marginal do capital (da taxa de lucro na concepção marxista). Em razão de incertezas relacionadas à ligação entre passado (estoque de capital existente), presente (possibilidades alternativas de aplicação dos fundos líquidos) e futuro (expectativas de venda), que estão contidas na categoria da eficiência marginal do capital, o processo de investimento é fundamentalmente instável, sobre o que em especial Hyman Minsky tem reiteradamente chamado atenção (Tabela 1).

Tabela 1

Investimentos brutos em instalações e equipamentos, depreciações e investimentos líquidos como percentagem do PIB em alguns países – 1973-82

a) República Federal da Alemanha, França e Grã-Bretanha

ANOS	REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA			FRANÇA			GRÃ-BRETANHA		
	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos
1973	23,9	10,3	13,6	23,8	9,6	14,2	19,4	9,9	9,5
1974	21,6	10,8	10,8	24,3	10,3	14,0	20,2	10,8	9,4
1975	20,4	11,3	9,1	23,3	10,9	12,4	19,5	10,9	8,6
1976	20,2	11,1	9,1	23,3	11,8	11,5	18,9	11,0	7,9
1977	20,3	11,1	9,2	22,3	11,2	11,1	17,9	11,4	6,5
1978	20,8	11,1	9,7	21,4	11,2	10,2	18,0	11,6	6,4
1979	21,9	11,2	10,7	21,5	11,2	10,3	18,0	11,8	6,2
1980	22,8	11,7	11,1	21,7	11,5	10,2	17,4	12,2	5,2
1981	21,9	12,2	9,7	21,1	11,9	9,2	15,7	12,5	3,2
1982	20,5	12,5	8,0	20,5	11,8	8,7	15,4	12,1	3,3

b) Itália, Japão e Estados Unidos

ANOS	ITÁLIA			JAPÃO			ESTADOS UNIDOS		
	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos	Instalações e Equipamentos	Depreciações	Investimentos Líquidos
1973	20,8	8,4	12,4	36,4	13,9	22,6	19,1	10,5	8,6
1974	22,4	9,2	13,2	34,8	13,4	21,4	18,4	11,4	7,0
1975	20,6	10,3	10,3	32,4	13,0	19,4	17,0	12,3	4,7
1976	20,0	10,1	9,9	31,3	12,8	18,5	17,2	12,1	5,1
1977	19,6	10,2	9,4	30,5	13,0	17,5	18,3	12,1	6,2
1978	18,7	10,1	8,6	30,8	13,0	17,8	19,5	12,3	7,2
1979	18,8	9,8	9,0	32,1	13,2	17,9	19,8	12,7	7,1
1980	19,8	9,6	10,2	32,0	13,4	18,6	18,5	13,3	5,2
1981	20,2	10,1	10,1	31,0	14,2	16,8	18,0	13,2	4,8
1982	19,0	10,4	8,6	29,6	14,2	15,4	16,6	13,8	2,8

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Eurostat

Em virtude disso, como indicam os dados, o efeito sobre o emprego causado por investimentos é posto em questão por vários motivos: **em primeiro lugar**, a quota de investimento bruto — medida no PIB — diminui no longo prazo.³ **Em segundo lugar**, cresce a participação dos investimentos de reposição (igual às depreciações) nos investimentos brutos em instalações e equipamentos, com o aumento do capital imobilizado em meios de produção (estoque de capital). O “peso” do estoque de capital (o “fardo do passado”) cresce e, com isso, comprime a taxa de acumulação — investimentos líquidos em instalação e equipamentos (**I**) em relação ao estoque de capital (**K**). Se, ao mesmo tempo, ainda aumenta a intensidade de capital, em virtude de transformações tecnológicas, as conseqüências para a evolução do emprego só podem ser negativas, a não ser que sejam tomadas medidas políticas no mercado de trabalho, como, por exemplo, alguma forma de diminuição da jornada de trabalho.

Em terceiro lugar, a participação dos investimentos líquidos nos lucros empresariais é decrescente, e isto em todos os países industriais, independentemente de se eleger como indicador dos lucros as receitas operacionais e patrimoniais ou o excedente líquido das empresas (Tabela 2). Ainda que essa participação revele um comportamento cíclico, a tendência nos últimos 10 anos também é inequivocadamente negativa. Os pontos de máximo das curvas, no fim da fase de ascensão conjuntural, quando os projetos de investimento planejados ainda são mantidos, embora a evolução dos lucros já seja declinante, estão, em fins dos anos 70 e começo dos 80, abaixo dos do início da década. Também os pontos de mínimo, ao final de uma fase de crise, quando os lucros já estão subindo, mas os investimentos ainda não foram retomados, rumam para baixo. Essa tendência é dramática nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha, onde, no começo dos anos 80, se utilizam escassos 10% dos lucros empresariais para investimentos líquidos em instalações e equipamentos. Poderíamos falar aqui de um sistema “feudal-industrial”, pois se consome mais dos lucros do que se investe. Ainda que no Japão a propensão a investir seja comparativamente muito alta — mais ou menos num nível que também a República Federal da Alemanha, com 69%, apresentava entre 1960 e 1966 —, também lá a tendência geral negativa pode ser constatada.

Em quarto lugar, por fim, também se modificou o caráter dos investimentos. Desde o início do período de estagnação, o motivo da racionalização sobrepujou o intento da expansão, de maneira que, com os projetos de investimento que ainda são executados, ao invés de se criarem novos empregos, se eliminam os existentes. Essa é, evidentemente, uma resposta empresarial à estagnação dos mercados. Quando não mais se podem alcançar grandes taxas de expansão com as vendas das mercadorias,

³ A taxa de investimento bruto dos sete grandes países da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) — Estados Unidos, Japão, República Federal da Alemanha, França, Grã-Bretanha, Itália e Canadá — situava-se, no período de 1963 a 1968, um pouco abaixo de 21%, elevou-se até 23% em 1973, para depois cair a menos de 20% em 1983. Essa tendência, com diferenças de nível, pode ser constatada em todos os países da OCDE sem exceção. Ver OECD, *Economic Outlook*, n. 37, June 1985, p. 158.

é feita a tentativa de, mediante redução dos custos, elevar a produtividade e, junto com ela, a rentabilidade. Após a generalização das inovações de **produto** que sustentaram a longa ascensão, são efetuadas cada vez mais inovações de **processo**. Embora, com isto, muito freqüentemente também se poupe capital, a característica essencial dessas é a de **liberar** trabalho, para o qual não existem mais possibilidades compensatórias de ocupação, em virtude da ausência de investimentos de expansão. Quando não são tomadas medidas políticas contra-restantes no mercado de trabalho, o desemprego maciço e duradouro é a nefasta consequência. Por parte de alguns autores, essa configuração é interpretada como sendo o estado normal do capitalismo⁴, enquanto a longa fase de ascensão do fim da Segunda Guerra até o início dos anos 70 é encarada, antes de tudo, como uma situação de exceção. Alguns bons argumentos falam em favor dessa visão das coisas. Acima de tudo, o deslocamento do trabalho vivo pelo trabalho morto é, como demonstrou Marx, uma dinâmica de desenvolvimento intrínseca ao modo de produção capitalista: o capital procura livrar-se, na medida do possível, das limitações “perturbadoras” do trabalho através de uma correspondente configuração do processo de trabalho, de uma correspondente escolha tecnológica, de estratégias que permitam esquivar-se de movimentos sindicais fortes e bem organizados — por exemplo, a exportação de capital para países com baixos salários e a formação da “nova divisão internacional do trabalho” —, de pressão política, etc. Quando o processo de acumulação se desacelera, essa tendência manifesta-se imediatamente como engrossamento do desemprego, ou — não podemos entrar nesse assunto aqui — numa informalização do trabalho⁵.

É necessário reter, portanto, que o processo real de acumulação, em virtude da baixa propensão a investir, começa a estancar e que, por isso, o grau de ocupação é declinante e o desemprego está estruturalmente enraizado em todos os países industrializados, mesmo que entre eles haja diferenças em parte consideráveis. Assim, pode-se também falar de uma desconexão entre crescimento e emprego, a qual é responsável pela “crise da sociedade do trabalho”. A questão que certamente ainda permanece em aberto é a de por que as tendências fundamentais do processo de investimento na última década são idênticas — e isto os dados mencionados mostram

⁴ Conforme Werner Abelshauser, Dietmar Petzina, “Krise und Rekonstruktion. Zur Interpretation der gesamtwirtschaftlichen Entwicklung Deutschlands im 20. Jahrhundert”, in *Historische Konjunkturforschung*, ed. Wilhem H. Schröder und Reinhard Spree (Stuttgart: Klett-Cotta, 1980), p. 75-114; Werner Abelshauser, “Wirtschaftsgeschichte der BRD 1945-80” (Frankfurt/Main: Suhrkamp, 1983).

⁵ Com esse conceito, pretende-se dar a indicação de que o desemprego não é a única forma de manifestação da crise de emprego. Ao contrário, fora do trabalho formal (que tem previdência social, é organizado sindicalmente, pago integralmente, etc.), criam-se empregos que são “desformalizados” em maior ou menor grau: com pouca ou nenhuma proteção da previdência social, não organizados sindicalmente, sub-remunerados, precários. Ver também a diferenciação da Organização Internacional do Trabalho (OIT) entre *typical employment* e *atypical and clandestine employment*, International Labour Office, World Labour Report (Geneva: 1984), p. 52.

com a clareza desejável —, apesar das aludidas diferenças em algumas nações, que são preferencialmente atribuídas, por analistas orientados para a ciência política, às diferenças de *policy* e *politics* nos respectivos países, ao grau de regulação corporativa das relações industriais ou à dimensão do automatismo das forças de mercado das economias por exemplo.⁶

Tabela 2

Investimentos líquidos em instalações e equipamentos como percentagem das receitas operacionais e patrimoniais e como percentagem do excedente líquido das empresas em alguns países — 1973-82

a) República Federal da Alemanha, França e Grã-Bretanha

ANOS	REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA		FRANÇA		GRÃ-BRETANHA	
	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas
1973	39,9	59,4	35,2	51,7	31,5	50,5
1974	33,6	50,7	37,2	55,8	35,7	56,6
1975	28,8	43,5	35,3	53,7	36,0	59,7
1976	27,9	41,4	33,8	53,2	29,6	47,0
1977	28,3	42,0	32,8	50,2	22,6	36,9
1978	29,5	43,7	30,0	46,6	22,1	36,0
1979	33,3	48,2	30,0	47,5	21,5	38,3
1980	35,2	54,1	30,7	50,2	18,8	36,4
1981	31,6	49,0	28,6	46,9	11,1	22,1
1982	25,6	39,2	26,0	44,2	10,6	20,4

b) Itália, Japão e Estados Unidos

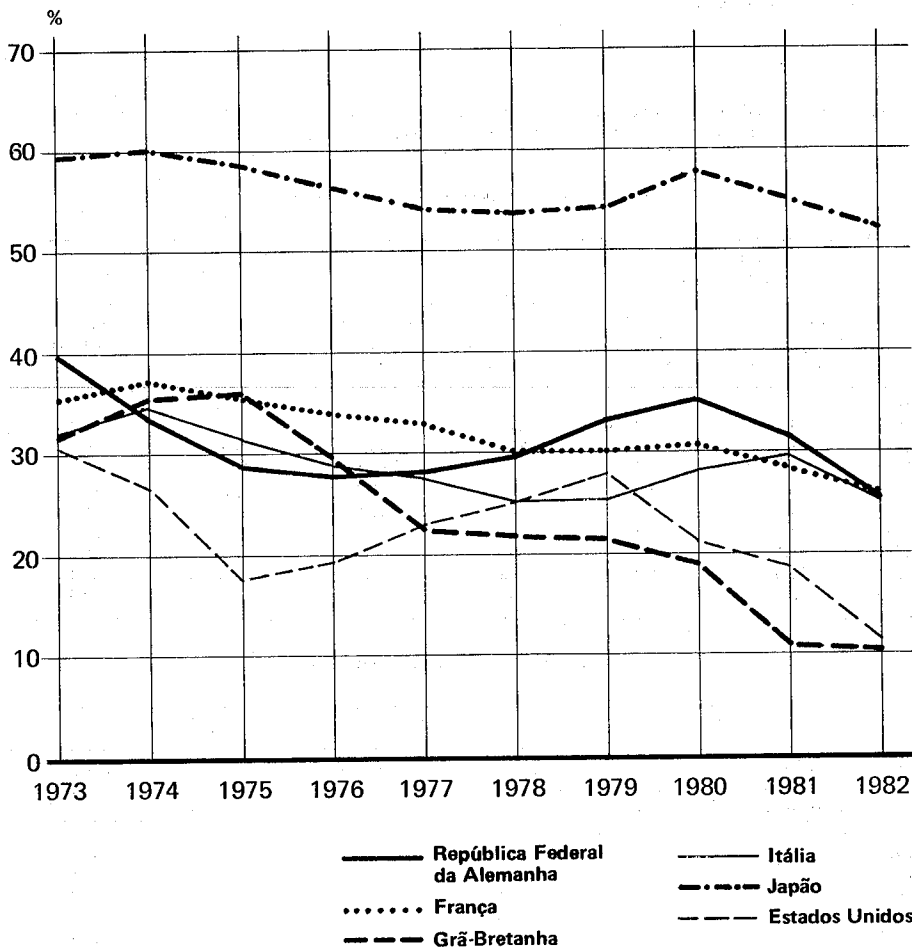
ANOS	ITÁLIA		JAPÃO		ESTADOS UNIDOS	
	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas	Receitas Operacionais e Patrimoniais	Excedente Líquido das Empresas
1973	31,7	39,9	59,3	67,9	30,5	44,3
1974	34,8	44,6	60,1	70,9	26,5	40,5
1975	31,3	38,9	58,4	70,3	17,6	26,7
1976	28,8	36,7	56,4	67,3	19,1	28,7
1977	27,8	36,6	54,2	67,6	23,0	33,5
1978	25,3	32,6	53,5	65,9	25,3	38,5
1979	25,6	32,0	54,2	67,8	27,7	39,2
1980	28,3	36,2	57,8	70,2	21,1	31,1
1981	29,7	38,0	55,1	68,6	18,6	27,0
1982	25,4	32,6	52,2	61,9	11,5	17,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Eurostat.

⁶ Ver Göran Therborn, "Arbeitslosigkeit, Strategien und Politikansätze in den OECD-Ländern" (Hamburg: USA, 1985). Manfred Schmidt, "Arbeitslosigkeit und Vollbeschäftigung. Ein Internationaler Vergleich", Leviathan, 11 Jahrg., Heft 4: 1983, p. 451-473.

GRÁFICO 1

INVESTIMENTOS LÍQUIDOS COMO PORCENTAGEM DAS RECEITAS
OPERACIONAIS E PATRIMONIAIS – 1973-82



FONTE: Tabela 2.

3 – Os limites do modelo de acumulação da era pós-guerra

A procura pelas razões conduz-nos aos debates em torno de ossificações institucionais em ricas sociedades de crescimento, em torno das lutas de trincheira entre sindicatos e organizações patronais, à burocratização estatal e ao esmorecimento de

iniciativas dinâmicas, depois de já organizadas institucionalmente⁷. Ou nós teríamos de nos defrontar com os argumentos que querem comprovar as ondas longas da conjuntura através de tendências tecnológicas.⁸ Depois, deparamo-nos com a tradição neoclássica, monetarista, que atribui às pretensões exageradas no produto social, aos gastos excessivos em consumo e a uma participação demasiada do Estado na economia a responsabilidade pela estagnação dos investimentos e do crescimento e que, assim, também explica uma parte do desemprego (ao lado do desemprego friccional e do motivado pelo salário mínimo)⁹. Essas tentativas de explicação, porém, embora proporcionem uma compreensão parcial importante, são todas insatisfatórias, pois se referem fundamentalmente a situações nacionais, negligenciando ou até explicitamente desconsiderando o contexto da sociedade mundial. Isto, no entanto, é simplesmente inadmissível quando se trata de uma comparação de situações e políticas nacionais, pois esta pressupõe como princípio a inter-relação real, mediada por processos econômicos.

Se todos os países apresentam indicadores de crise semelhantes, então, evidentemente, o **sistema capitalista mundial** está numa crise; então, a unidade a ser investigada não é a nação individual posta em comparação com as outras, mas o sistema capitalista mundial como um todo. Se abandonarmos o plano dos indicadores, em que consiste o cerne dessa tendência à crise internacional? Se a rentabilidade do capital (a taxa de lucro) decaísse apenas num país, poder-se-ia recorrer às condições econômicas de funcionamento da acumulação de capital a nível nacional. Mas como isso acontece em todas sociedades nacionais, então é claro que também o mecanismo de funcionamento do sistema tem de estar afetado. Esse mecanismo consiste essencialmente, isto é, em relação à problemática aqui em debate, em: (a) generalização de um **modelo de acumulação** eficiente; (b) uma política econômica da **potência hegemônica** Estados Unidos que possibilite jogos de somas positivas, vale dizer, que possibilite ganhos a todas as nações participantes do sistema; e (c) garantia monetário-institucional internacional da **circulação de dinheiro e capital**.

Em relação a (a), o modelo de acumulação do pós-guerra foi denominado de “fordista”¹⁰, porque se baseia numa racionalidade bem determinada de produção e

⁷ Mancur Olson, “The Rise and Decline of Nations. Economic Growth, Stagnation, and Social Rigidities” (New Haven and London: Yale University Press, 1982).

⁸ Alfred Kleinknecht, “Innovation Patterns in Crisis and Prosperity: Schumpeter’s Long Cycle Reconsidered” (Amsterdam: Academisch Proefschrift, 1984).

⁹ Hans H. Glismann, Horst Rodemer, Frank Wolter, “Zur Natur der Wachstumsschwäche in der Bundesrepublik Deutschland. Eine empirische Analyse langer Zyklen wirtschaftlicher Entwicklung”, Kieler Diskussionsbeiträge, 55 (juni 1978).

¹⁰ Ver, entre a já numerosa bibliografia, Michel Aglietta, “A Theory of Capitalist Regulation. The US Experience” (London: New Left Books, 1979); Alain Lipietz, “Towards Global Fordism?”, New Left Review, 132 (March-April 1982); Mike Davis, *ibid.*; Jaques Mazier, “Growth and Crisis – a Marxist Interpretation”, in Andrea Boltho ed., *The European Economy* (Oxford: Oxford University Press, 1983, p. 38-41).

reprodução: o processo de trabalho é estruturado segundo as regras, primeiramente desenvolvidas por Taylor, da "organização científica do trabalho"; o processo de produção segue os princípios da produção e da venda em massa implementados por Ford; a regulação econômica global deve-se aos fundamentos da condução macroeconômica da demanda efetiva desenvolvidos por Keynes (e outros). Somente como unidade esses "ingredientes" formam um **tipo de regulação** (ou um modelo de acumulação, isto é, uma determinada forma histórica de reprodução¹¹), cujos começos já podem ser observados nos anos 20, nos Estados Unidos, e no processo de *recasting bourgeois Europe* depois da Primeira Guerra Mundial, mas que só após a Segunda Guerra Mundial liberaram suas forças impetuosas num processo de crescimento de longa duração e de um dinamismo ímpar em toda a história do sistema capitalista mundial. O processo começou nos Estados Unidos, espalhou-se primeiro para a Europa Ocidental, atraiu, com uma certa defasagem temporal, o Japão para o seu domínio, e parecia até que, nos anos 70, também alguns "países no limiar da industrialização"¹² do Sudeste da Ásia e da América Latina poderiam importar com sucesso o modelo fordista para a "periferia" do sistema capitalista mundial.

O mecanismo de alastramento do modelo de acumulação foi o mesmo que provocou a internacionalização do capital após a Segunda Guerra Mundial. Com a estruturação do sistema monetário mundial de Bretton Woods em 1944, com o Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) um pouco depois (mesmo que este fosse apenas uma pálida cópia do sistema de livre comércio previsto na Carta de Havana) e com as generosas prestações de ajuda dos Estados Unidos para a Europa Ocidental, duramente atingida pela guerra (Plano Marshall), realmente também surgiu um quadro institucional para a internacionalização da circulação de mercadorias, de capital e de dinheiro. E, na medida em que avançava o processo econômico de internacionalização, generalizavam-se formas de consumo e de vida dos homens, bem como tipos políticos de regulação de conflitos sociais.

Nos anos 50, a internacionalização realizou-se, sobretudo, como rápida expansão do comércio mundial (com taxas anuais médias de crescimento de 7,5% entre 1950 e 1960). A posição hegemônica dos Estados Unidos aparece na sua balança comercial permanentemente superavitária, baseada na superioridade tecnológica dos produtos de comércio mundial desse país; essa situação durou até 1971, ano em que o sistema monetário de Bretton Woods teve um fim vergonhoso com o rompimento

¹¹ Os conceitos são largamente utilizados como sinônimos, embora provenham de discursos teóricos diferentes. Nós mesmos preferimos o conceito de "forma", porque com ele se pode abarcar não somente a época específica da vigência do modelo de acumulação ou da forma de reprodução, mas também o período da "transformação" em uma nova forma de reprodução e regulação capitalistas. Ver Elmar Altvater, "Bruch und Formwandel eines Entwicklungsmodells", in *Überproduktion, Unterkonsumtion, Depression*, ed. Jürgen Hoffmann (Hamburg: USA, 1983), p. 217-252.

¹² A palavra alemã *Schwelienländer* encontra correspondência na expressão inglesa *newly industrializing countries (NIC's)* (N. do T.).

da conversibilidade do dólar em ouro pela administração Nixon. Nos anos 60, ao lado do capital-mercadoria, também o capital produtivo foi internacionalizado; após a queda das barreiras à conversibilidade em 1959, uma torrente de investimentos diretos, provinda principalmente dos Estados Unidos, derramou-se sobre a Europa. A América Latina foi rebaixada, nessa fase, ao segundo lugar nos campos de aplicação de investimentos diretos dos Estados Unidos¹³. Entretanto os investimentos diretos na Europa têm um outro caráter que os na América Latina: na Europa, as aplicações são feitas principalmente na indústria de transformação, enquanto, na “periferia”, as mesmas são efetuadas primordialmente no Setor Primário, de extração de matérias-primas. As conseqüências, sem dúvida, são ambíguas para o modelo de acumulação que agora funciona internacionalmente: **de um lado**, abrem-se novas esferas de aplicação e, com isto, novos campos de crescimento. Isto torna-se perceptível, nos anos 60, nas altas taxas de crescimento econômico em quase todos os países e numa expansão do comércio mundial que ainda supera em muito as taxas de crescimento do PIB. Mas, **de outro lado**, generaliza-se o nível tecnológico, e o eficiente tipo de regulação fordista lança âncoras também na Europa. Com isso, porém, é perdida tendencialmente a vantagem concorrencial dos Estados Unidos, vale dizer, o fundamento econômico real da sua hegemonia. Isto encontra sua expressão nas turbulências nos mercados de divisas, que têm início nos anos 60, e na decadência — não sustentável por quaisquer medidas políticas — do dólar americano, isto é, do dinheiro mundial.

Esse processo tem ainda um terceiro lado. Com a generalização do modelo, generalizam-se também as tendências à crise que lhe são iminentes. Enquanto as condições de acumulação ainda são distintas nacionalmente, também os ciclos econômicos transcorrem sem sincronismo, com a vantagem de que colapsos conjunturais em um país, via mecanismos de preços, podiam ser superados com relativa rapidez através da crescente demanda por exportações no uso final do PIB. É lembrando desse mecanismo terapêutico que, em meados dos anos 70, numa situação em que todos os grandes países capitalistas se encontravam em crise (com uma certa exceção do Japão e de alguns pequenos países europeus como a Áustria, a Suíça e a Suécia), a “teoria da locomotiva” se esforçou para apontar uma saída para a estagnação, naturalmente sem obter sucesso.

De maior importância que a sincronização do ciclo de crises é, certamente, a generalização da queda da rentabilidade em todas as metrópoles capitalistas. A crescente produtividade é conseguida com o crescimento mais do que proporcional da intensidade do capital, em virtude do que a produtividade do capital cai. Além disso, êxitos sindicais em alguns países (por exemplo, na República Federal da Alema-

¹³ No ano de 1950, os investimentos diretos dos Estados Unidos atingiram US\$ 1,7 bilhão na Europa e US\$ 4,6 bilhões na América Latina. Em 1960, os valores respectivos alcançaram US\$ 6,7 bilhões para a Europa e US\$ 9,3 bilhões para a América Latina. Em 1968, foram aplicados US\$ 19,4 bilhões na Europa e US\$ 13,0 bilhões na América Latina. Statistisches Bundesamt, Statistisches Jahrbuch 1970, (Stuttgart und Mainz: Kohlhammer, 1970), p. 143.

nha) ou lutas operárias militantes (França, Itália, Grã-Bretanha) respondem pelo *profit squeeze*¹⁴, de maneira que também a quota de lucros decresce temporariamente. Decisiva para a queda das taxas de lucro é, entretanto, a tendência negativa da produtividade do capital¹⁵. A tendência das taxas de lucro bruto, calculada pela OCDE, é inequivocamente negativa em quase todos os países, para os anos 60 e 70.

Tabela 3

Tendência das taxas de lucro bruto na economia global, na indústria e transporte e na indústria de transformação, em países escolhidos da OCDE – 1960-82

PAÍSES	ECONOMIA GLOBAL	INDÚSTRIA E TRANSPORTE	INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO
Estados Unidos	-2,1	...	-2,7
Japão (1)	-4,9
República Federal da Alemanha (2)	-2,0	-2,3	-3,0
França (3)	-1,9	-2,4	-2,7
Grã-Bretanha	-1,9	-1,1	-5,3
Itália (4)	0,1
Canadá	-0,8	-0,8	-2,0
Bélgica (5)	-1,4	-1,1	-4,7
Finlândia (6)	-4,3	-2,9	-2,8
Noruega (7)	0,8
Suécia (8)	-2,8	-2,6	-5,2

FONTE: OECD. Economic Outlook, 36, December 1984. p.64.

(1) Período de 1965 a 1981. (2) Período de 1960 a 1981. (3) Período de 1967 a 1979.
 (4) Período de 1970 a 1980. (5) Período de 1970 a 1981. (6) Período de 1971 a 1979.
 (7) Período de 1962 a 1977. (8) Período de 1963 a 1982.

¹⁴ Andrew Glyn, Bob Sutcliffe, "British Capitalism, Workers and the Profits Squeeze", (Harmondsworth: Penguin Books, 1972).

¹⁵ *The secular decline in profit rates (...) has been faster than in shares, and, as with profit shares, more marked in the manufacturing than in broader sectors of the economy (...). Decelerating or falling capital productivity is the main factor behind these trend declines (...)* OECD, Economic Outlook, 26 (Paris: OECD, December 1984), p. 64.

A tendência das taxas de lucro de cair é apenas uma expressão do caráter limitado do modelo de acumulação, o qual se vem revelando desde meados dos anos 70. Seu mecanismo de regulação é incapaz não só de proporcionar empregos suficientes para todos que procuram trabalho, como também de comandar a circulação internacional. A queda da rentabilidade tem os já expostos efeitos negativos sobre o processo de investimento. Ainda que não se possa indicar um nível da taxa de lucro, com o qual “ainda” se investe ou com o qual a produção e o investimento “já” são restringidos, sob aspectos sistemáticos podem ser retidas três restrições decorrentes da rentabilidade decrescente do capital. A **primeira** ocorre no momento em que o retorno esperado dos investimentos é avaliado como sendo mais baixo do que a rentabilidade antes alcançada. A comparação intertemporal, todavia, muito poucas conseqüências produzirá com relação ao comportamento do investimento enquanto a concorrência no mercado mundial forçar a empresa individual a acompanhar as outras em termos de tecnologia e estratégia de mercado, para não ser irremediavelmente ultrapassada e, conseqüentemente, desaparecer do mercado. Uma **segunda** restrição, já mais eficaz, dá-se quando o retorno total do capital cai como decorrência de investimentos adicionais, já que, por exemplo, a oferta de mercadorias cresce com as capacidades adicionais e descontos têm de ser concedidos no preço. Pode-se ainda contra-restar essa tendência quando o juro de mercado for relativamente baixo e o retorno sobre o capital próprio puder ser mantido pelo levantamento de capital alheio (*leverage-effect*). Esse efeito foi o responsável, nos grandes países capitalistas (Estados Unidos, Japão, França, Grã-Bretanha e República Federal da Alemanha), pelo fato de a rentabilidade decrescente sobre o capital total não exercer efeito negativo sobre a atividade do investimento já nos anos 60¹⁶. Uma **terceira** restrição, pois, é dada sempre que a rentabilidade do capital real chegar perto ou mesmo abaixo da taxa de juro para capital-dinheiro. Então pode não apenas ser mais lucrativo não investir em termos reais, mas aplicar os fundos passíveis de investimento em títulos do mercado financeiro; o *leverage-effect*, até então positivo, converte-se em negativo: os juros sobre o capital alheio baixam a rentabilidade do capital próprio,

¹⁶ Para a República Federal da Alemanha, o Deutsche Bundesbank escreve que a parcela de recursos próprios na soma “expurgada” do balanço caiu, para a totalidade das empresas por ele analisadas, de cerca de 30% em fins dos anos 60 para 18% no ano de 1983. “Com isto entrou em cena o assim chamado ‘leverage-effect’, o qual proporciona às empresas – enquanto recursos alheios emprestados proporcionam mais resultados do que custam de juros – um lucro adicional com cada financiamento adicional a base de crédito e, em relação ao capital próprio (inalterado), um retorno mais elevado”. Deutsche Bundesbank, “Rentabilität, Finanzkraft und Liquidität der Unternehmen”, in: Deutsche Bundesbank Monatsberichte, August 1985, p. 30. Ver também Philip Armstrong, Andrew Glyn, Lohn Harrison, “Capitalism since World War II” (London: Fontana Papers, 1984), p. 265: “(The expansion of credit) helped to maintain the return on shareholders’ investment. Even though investment earned less overall, by financing an increasing proportion through borrowing at declining real interest rates, capitalists helped maintain the profitability of shareholders’ funds”.

dados que os juros terão de ser obtidos de meios próprios — de acordo com a relação entre o capital próprio e o de terceiros¹⁷. Aqui é afetada, portanto, a substância das empresas, que, por isso, sofrem sob o “fardo do capital alheio” e que, na primeira fase da crise, em meados dos anos 70, manifestaram elevada necessidade de consolidação.

Em relação a (b), o exercício de hegemonia na sociedade mundial, para que não seja permanentemente desafiada, pressupõe a possibilidade de que todos os participantes — nações, empresas, organizações sociais — possam disso tirar vantagens, de que possa, pois, ser jogado um “jogo de somas positivas”. É uma constatação banal, que se situa no nível do “argumento do bolo”, a de que, só quando o produto social da humanidade a ser distribuído crescer, todos — ainda que de forma desigual — poderão ganhar. Por isso, a potência hegemônica tem de zelar para que exatamente essa condição sobreviva aos movimentos cíclicos de curto prazo, pois, caso contrário, junto com a potência hegemônica, também estará ameaçado o sistema hegemônico, isto é, a **forma** específica da ordem mundial. Todavia não é de maneira alguma garantido que a potência hegemônica obtenha êxito em assegurar a *pax hegemônica* como uma ordem que traga vantagens a todos e cuja existência, por isso, seja do interesse de todos os participantes; ao contrário, pode ser constatado algo como um ciclo de hegemonia, que vai da ascensão da potência hegemônica, passando por sua “deslegitimação”, até a erosão dos meios com os quais ela teria de regular o sistema hegemônico¹⁸. Poderíamos representar esse desenrolar também quanto à forma: para poder conservar a **forma** histórica específica de hegemonia, uma série de **funções** tem de ser observada pela potência hegemônica para regular o sistema. Funções, todavia, são exercidas por **instituições** com determinados **meios**, sobretudo com direito e poder, com dinheiro, mas também com “apelos ideológicos” que produzem consenso. A deslegitimação da potência hegemônica refere-se, essencialmente, às deficiências institucionais¹⁹ criadas no desenvolvimento histórico e à falência dos apelos ideológicos, enquanto a erosão dos meios se expressa na decadência do direito e do poder, bem como na crise do dinheiro mundial.

Esse ciclo de hegemonia, descrito em termos gerais, registrou-se também na era da *pax americana*: a deslegitimação de instituições, o despertar do *american dream* através da agressão no Vietnã e, sobretudo, a erosão dos meios com os quais a hegemonia pode ser exercida. A impotência revelou-se em sua sórdida nudez com a reti-

¹⁷ “Se ocorrem prejuízos, elas gastam as reservas contra riscos, disponíveis sob a forma de recursos próprios, tanto mais rapidamente quanto maior for a parcela dos recursos de terceiros no total do capital aplicado (...)” Deutsche Bundesbank, *ibid.*, p. 32.

¹⁸ George Modelski, “Long Cycles of World Leadership”, in *Contending Approaches to World System Analysis*, ed. William R. Thompson (Beverly Hills, London, New Delhi: 1983).

¹⁹ Um estudo de caso a respeito de tentativas de reorganização institucional do Fundo Monetário com o *substitution account* foi apresentado por Joanne Gowa mediante o uso de categorias da teoria da hegemonia. “Hegemons, IOs, and markets: the case of the substitution account”, *International Organization*, Vol. 38, n. 4 (Autumn 1984), p. 661-683.

rada inglória do Vietnã e, cinco anos mais tarde, com o desastre no deserto do Irã. Foi demonstrado para todo o mundo que os Estados Unidos não estavam mais em condições de fazer frente ao desafio iraniano com meios limitados e — o que pesou ainda mais — de zelar por um suprimento seguro de energia para o mundo capitalista altamente desenvolvido. A isso se juntou ainda a queda simultânea do dólar como dinheiro mundial, perceptível nas cotações diárias nas bolsas de divisas. A segunda metade dos anos 70 foi, por isso, também a fase em que, em **primeiro lugar**, se fez a tentativa de distribuir entre mais países as tarefas da regulação do sistema hegemônico. Expressão desse esforço foi a comissão trilateral; essa tentativa apenas indicava que os Estados Unidos **não mais** podiam carregar o peso da regulação sozinhos, mas a Europa Ocidental ou o Japão (sozinhos ou juntos) **ainda não** eram capazes de proporcionar as instituições e os meios com os quais poderia ter sido exercida a hegemonia. Não é de admirar que essa tentativa da “trilateralização” estivesse condenada ao fracasso. Em **segundo lugar**, o dólar é cada vez mais substituído por outras moedas como a moeda de reserva, de comércio e de intervenção, se bem que sempre continuou sendo a principal moeda, mesmo que tenha abdicado de ser a moeda-guia já em 1971-73, com o término do sistema de taxas de câmbio fixadas no dólar. Em **terceiro lugar**, está inserida dentro dessa fase a fundação do sistema monetário europeu (março de 1979), o qual tem de ser interpretado como a resposta europeia à erosão dos meios para o exercício de hegemonia na economia mundial.

Dois fatores são importantes nesse contexto. Diferentemente do declínio da hegemonia britânica entre as duas guerras mundiais, no momento não se visualiza nenhuma nova potência (como, há 60 anos, os Estados Unidos) que hoje possa seriamente ameaçar os Estados Unidos no seu papel hegemônico. “A crise consiste exatamente na circunstância de que o velho morre e o novo não nasce”. Conseqüentemente, não está excluído que a crise ainda dure por mais tempo, até que seja encontrada uma nova forma de regulação política. A saída “furada”, de abdicar completamente (ao menos no nível ideológico) da regulação e de querer deixar — de acordo com a doutrina neoliberal — o comando ao mercado, não será viável por muito tempo. O outro fator diz respeito ao fato de que não são mais todos os participantes do sistema hegemônico os que dele tiram vantagens. Ao contrário, **no interior** das sociedades nacionais, processa-se tendencialmente uma divisão entre aqueles que auferem remuneração no setor formal, mediante “trabalho típico”, e aqueles que, em virtude do desemprego, estão excluídos das gratificações formais do sistema. **Entre** as nações, enquanto isso, também se estabelece cada vez mais uma situação de jogo de soma nula: o que uns ganham, os outros perdem. Índícios disso são o protecionismo e a desgraça com o serviço da dívida dos países altamente endividados do Terceiro Mundo²⁰. Voltaremos a esse assunto mais adiante.

²⁰ Nesse ponto, seria necessário apontar os riscos que derivam desse estado de coisas para as relações pacíficas entre as nações. Entretanto comentários analíticos que fossem além de simples impressões extrapolariam o âmbito deste ensaio.

Em relação a (c), chegamos ao aspecto da crise do modelo de acumulação mencionado em terceiro lugar, isto é, ao da circulação de dinheiro e capital. Antes de tudo, há que se acrescentar aqui que a internacionalização do capital-mercadoria e do capital produtivo, desde meados dos anos 60 e depois em ritmo exacerbado nos anos 70, foi complementada pela internacionalização do que Marx denominou de “capital que rende juros”, isto é, do crédito. Somente quando todas as formas do capital – mercadorias, meios de produção e dinheiro – estão internacionalizadas e também já moldaram formas institucionais correspondentes, pode-se falar de um mercado mundial desenvolvido. E este se impõe imediatamente como meio de interesses privados contra as tentativas políticas de regulação: o sistema monetário das taxas de câmbio fixas não pode fazer frente às tendências de valor e de valorização de capital. O colapso, no início do anos 70, é apenas a outra face de uma explosão desregulada do crédito internacional privado: as praças financeiras internacionais (zonas bancárias livres), que se formaram já nos anos 60, agora adquirem importância, e por elas são canalizadas, “recicladas”, imensas somas de liquidez internacional.²¹ A lógica a que obedece esse processo é, obviamente, inteiramente diversa daquela da regulação política da circulação internacional de dinheiro dos tempos do sistema de Bretton Woods, de saudosa lembrança; trata-se, pura e simplesmente, da maximização dos lucros do capital bancário pelo aproveitamento de diferenciais de juro, de divergências de risco e de movimentos de taxas cambiais. Os capitais que operam internacionalmente transformam-se, nessas condições, em conglomerados [*all-round Unternehmen*], para os quais os investimentos reais produtivos não são, na melhor das hipóteses, mais do que uma entre tantas outras formas de aplicação.²²

A essa tendência não está ligado, certamente, qualquer canto do cisne para o dólar como dinheiro mundial. Como mais de três quartos de todos os contratos ainda são feitos em dólares, o dólar e o sistema bancário dos Estados Unidos ganham um novo significado; o dólar não é mais dinheiro mundial regulado, portanto, meio de direcionamento do mercado mundial através de instâncias políticas, mas veículo para a concretização de interesses privados em mercados financeiros internacio-

²¹ Ver a esse respeito a análise de Alexander Schubert, “Die internationale Verschuldung”, Frankfurt (Suhrkamp), 1985.

²² Empresas de produção, bem como companhias de transporte ou de seguros, mesmo que não tencionem especular, têm de expandir negócios financeiros face ao risco associado a taxas de câmbio e de juros que flutuam aleatoriamente e em virtude da já descrita queda da rentabilidade. Porém resulta que, através desse comportamento microeconômico racional, a instabilidade dos mercados financeiros internacionais aumenta ainda mais. A respeito das flutuações aleatórias dos juros e das taxas de câmbio, bem como dos problemas daí resultantes, ver Alexandre Lamfalussy, “Investitionen und internationale monetäre sowie finanzielle Rahmenbedingungen”, in: *Investieren in die Zukunft Europas*, ed. Arnold Heertje (Oxford: Basil Blackwell, 1983), p. 66-82.

nais.²³ Como estes necessitam de um sistema de compensação e como a maior parte dos negócios internacionais de dinheiro e capital é feita em dólares, o sistema bancário dos Estados Unidos, por assim dizer, coloca-se à disposição para isso. Os anos 70 testemunharam, assim, a inversão das funções que o dólar tinha outrora como dinheiro mundial: de um meio político de regulação para um objeto privado de aplicação de capital.

4 — A “armadilha dos juros” da industrialização retardatária

Essa evolução mostra que a propensão a investir declinante de nenhuma maneira também traz consigo uma limitação das possibilidades de investimento. Ao contrário, os lucros, especialmente os de grandes empresas, crescem vigorosamente em consequência, entre outras razões, de uma formação de preços inadequada à recessão (*administered pricing*). Mas, como só uma pequena parte deles é reinvestida, esses fundos aumentam a liquidez bancária, fazendo com que, nos anos da crise após 1974, as taxas internacionais de juro caíam; por causa das altas e temporariamente crescentes taxas de inflação, as taxas reais de juro chegam a ser até negativas na segunda metade dos anos 70 — com exceção da República Federal da Alemanha e do Japão²⁴. Mesmo que a comparação entre as taxas de juro e a taxa de inflação não seja muito relevante para decisões microeconômicas, já que nenhum investidor sabe antecipadamente se poderá repassar a taxa de inflação para seus preços, as baixas (temporariamente negativas) taxas reais de juro indicam “capital de empréstimo ocioso” (Marx), que pode ser alocado pelos bancos — em seu papel de intermediária

²³ Entretanto deve ser frisado aqui que, mesmo no sistema de Bretton Woods, o dólar nunca foi apenas meio técnico de circulação, dirigido pelo governo dos Estados Unidos. A partir do momento em que o dólar havia abandonado a circulação daquele país, ele funcionava — desconsiderando as doações e ajudas estatais — como capital. Isto é, em geral, um problema do intervencionismo estatal em sociedades capitalistas: o dinheiro, como o mais importante meio de regulação, não é apenas dinheiro, mas capital-dinheiro que busca valorizar-se e que pode, portanto, guiar-se por uma lógica diferente daquela do direcionamento estatal.

²⁴ Os juros reais de curto prazo evoluíram, na média dos sete grandes países da OCDE (Estados Unidos, Canadá, Japão, França, República Federal da Alemanha, Itália, Grã-Bretanha), da seguinte maneira: 1976, 0,6%; 1978, -0,3%; 1979, 1,2%; 1980, 2,4%; 1981, 4,2%; 1982, 4,0%. A média internacional compõe-se das taxas de juro médias de cada país individual que foram ponderadas a cada ano, em relação ao dólar, através dos respectivos valores dos produtos internos brutos dos três anos precedentes. Ver International Monetary Fund, *World Economic Outlook*, Occasional Papers, (Washington D. C.: IMF, 1983), p. 227. Ver também Oliver J. Blanchard, Lawrence H. Summers, “Perspectives on High World Real Interest Rates”, *Brookings Papers on Economic Activity*, 2, 1984, p. 276-287.

rios financeiros – para tomadores de crédito. Quando, porém, se evidencia que uma taxa de juro baixa ou até mesmo negativa, em termos reais, não pode contribuir para estimular a propensão a investir, então o rendimento real futuro de aplicações produtivas é estimado como sendo manifestamente ainda mais baixo. Numa situação assim estruturada, o juro perde sua função direcionadora, uma vez que ele não pode ser tão baixo como manifestamente o são as expectativas de rentabilidade das empresas.

A “armadilha dos juros” está aberta. Nela caem tomadores de crédito que até agora desempenhavam um papel menos importante nos mercados internacionais de dinheiro e capital. Não só cresce o endividamento estatal nos países desenvolvidos como o reverso da insuficiente capacidade de absorção de fundos líquidos pelo setor empresarial; intensifica-se o endividamento de empresas e instituições públicas nos países no limiar da industrialização, na esperança de poder pôr em marcha um processo acelerado de industrialização via recurso à “poupança externa”.²⁵ Tem início a “industrialização endividada”, que, de fato, instaura uma nova fase de desenvolvimento no ciclo de hegemonia posterior à Segunda Guerra Mundial.

Cria-se uma situação de duplas amarras [*double-bind-Situation*]: independentemente do que acontecesse, as estruturas da economia mundial eram inadequadas para, no caso de êxito da industrialização, suportar os novos concorrentes, ou, no caso de fracasso da estratégia de industrialização endividada, para salvar as relações creditícias que então, necessariamente, se tornariam duvidosas. De fato, aconteceram as duas coisas: alguns países, no limiar da industrialização, do Sudeste da Ásia tiveram bastante sucesso com seus esforços de industrialização, com isto ajudando a provocar as virulentas tendências protecionistas na economia mundial. Os países no limiar da industrialização da América Latina, ao contrário, afundaram na crise de endividamento, porque não estavam em condição de gerar os recursos para o serviço da dívida a partir da produção interna e depois ainda transferi-los em dólares. Adiante, voltaremos ao assunto com maiores detalhes.

Portanto, é indiferente se os países que se endividam implementam com sucesso uma estratégia de industrialização ou usam os créditos, inicialmente baratos, também para fins de consumo ou para projetos de prestígio, que têm, em todo caso, um retorno muito remoto e baixo – a crise está pré-programada. De qualquer maneira, a potência hegemônica não está em condições de direcionar esses processos com os meios que lhe foram arrancados da mão. A industrialização bem sucedida pressupõe uma expansão do mercado, portanto, crescimento, que não acontece pelas razões já expostas. No caso contrário, os mercados para os produtos dos NIC's só podem ser, por assim dizer, “abocanhados” às custas de “velhos” países industrializados. De modo geral, pode-se dizer que as chances para “novatos” [*Newcomer*]

²⁵ Frieden faz um estudo crítico dessas expectativas. Jeff Frieden, “Third World indebted industrialization: international finance and state capitalism in Mexico, Brasil, Algeria, and South Korea”, International Organization, Vol. 3, Summer 1981, p. 407 e segs.

no começo de uma onda longa de crescimento (com “tonalidade expansiva”) são obviamente melhores que no fim, quando predomina a “tonalidade estagnativa” (Mandel). A potência hegemônica teria, portanto, de estar predisposta e em condições de tirar, através de uma política ativa, a economia mundial da estagnação, isto é, de melhorar as condições básicas para resolver os problemas resultantes do endividamento. Mas exatamente isto não acontece²⁶, confiando-se nas “forças auto-regenerativas” do mercado. O mercado, porém, não pode assumir as funções políticas de comando que teriam de ser exercidas pela potência hegemônica; sua ação conduz ao aguçamento das dificuldades e mina ainda mais o modelo de acumulação, de cuja regulação já se desistiu.

Alguns países no limiar da industrialização conseguem desalojar ofertantes tradicionais dos velhos países industriais em determinados mercados (estaleiros, segmentos da indústria do aço, têxteis, componentes eletrônicos, etc.). É mais do que duvidoso, entretanto, que eles possam se converter numa parcela diversificada dos mercados internacionais de bens. Isto porque a industrialização, em muitos países, é “truncada”²⁷, portanto incompleta e não estruturada para o *self sustained growth* no sentido da teoria do desenvolvimento. Além disso, o desenvolvimento de novas tecnologias mudará a divisão internacional do trabalho em detrimento de países do Terceiro Mundo e ameaçará também os êxitos parciais nas exportações de alguns países. Vistos sob esse aspecto, até mesmo os êxitos nas exportações dos países no limiar da industrialização do Sudeste Asiático são realmente frágeis e podem provar tudo, menos o sucesso da industrialização retardatária integrada ao mercado mundial.

Para os países que se endividam e não podem realizar um modelo bem sucedido de industrialização — sendo os motivos para tal altamente diferenciados²⁸ — o endividamento converte-se numa *débauche*; para o sistema capitalista mundial como um todo, porém, converte-se num sinal de alerta para os limites da forma fordista de industrialização, que diz unicamente que nem todas as regiões do sistema capitalista mundial podem efetivar o processo de industrialização retardatária enquanto se subordinam ao regime monetário.

Esse impasse torna-se angustiantemente claro quando se observa o regime monetário no mercado mundial. Acontece que os bancos, ao contrário do que dizem as cantigas de louvor sobre a grandiosa reciclagem dos “petrodólares”, depois do pri-

²⁶ A Comissão Norte-Sul, sob a direção de Willy Brandt, nos dois relatórios apresentados apontou a necessidade da melhoria das condições básicas de funcionamento da economia mundial Nord-Süd-Kommission, “Das Überleben sichern. Der Brandt-Report”, ed. Willy Brandt, Köln, 1981; Nord-Süd-Kommission, “Hilfe in der Weltkrise. Ein Sofortprogramm. Der 2. Bericht der Nord-Süd-Kommission”, ed. Willy Brandt, (Reinbek bei Hamburg: Rowohlt, 1983). Para a Conferência de Cancún, na qual foi debatida a problemática Norte-Sul a nível governamental, Brandt não foi nem mesmo convidado, um indício de que as sugestões da Comissão Norte-Sul eram irrelevantes para a estratégia política da potência hegemônica.

²⁷ Fernando Fajnzylber, “La industrialización trunca de América Latina” (México, 1983).

²⁸ Alexander Schubert, *ibid.*, parte II.

meiro choque do petróleo em 1974, não são, de maneira alguma, meros “intermediários”. Muito pelo contrário, os bancos transnacionais jogam, nas “zonas bancárias livres”²⁹, um papel ativo nesse processo. Na ânsia de aplicar lucrativamente todo o dinheiro que entra, mesmo que as margens de juro sejam baixas, o dinheiro é transferido dos territórios monetários nacionais para as “zonas bancárias livres”, onde ele, livre de reserva mínima e em larga medida sem regulação, conseqüentemente com custos mais favoráveis que no sistema bancário nacional, pode ser emprestado a curto prazo. Com juros baixos, a margem de ganho procura ser mantida ou ampliada pelos bancos ao se esquivarem dos espaços estatais de regulação e se deslocarem para os negócios em massa nas zonas bancárias livres. Daí resulta a enorme expansão do crédito internacional nos anos 70, com taxas anuais de crescimento de mais de 20%. Na mesma fase em que a produção mundial, o processo de investimento e o comércio mundial estagnam, o mercado monetário mundial, por assim dizer, “explode”. Mesmo que a relação meramente quantitativa de grandezas reais e monetárias não seja um indicador especialmente confiável para o desatrelamento entre acumulação real e monetária, pode-se dizer que, nesse período, a acumulação monetária foge com botas de sete léguas dos processos reais.

Os depósitos bancários eram (e são), em regra, de curto e médio prazos, muitas vezes dinheiro “estacionado” pelas empresas, por falta de aplicação alternativa. Mas, abstraindo dos negócios interbancários — que são, com cerca de 70% dos empréstimos, a parte leonina do negócio creditício internacional —, os empréstimos dos bancos a tomadores de crédito no Terceiro Mundo são, em regra, créditos de longo prazo na base de *roll-over*, isto é, as condições são adaptadas no curto prazo às situações cambiantes do mercado. Aqui estão compreendidas, naturalmente, dissonâncias monetárias e isso em vários sentidos. **Primeiro**, é possível que a estrutura de prazos das exigibilidades monetárias e os *tableaux* de taxas de resultados reais (rendimentos do investimento) divirjam. **Segundo**, os níveis dos rendimentos e dos juros podem tomar rumos contrários; isto se torna dramático quando projetos com rendimento baixo e de longo prazo são financiados a crédito com juros baixos, mas onde depois a tendência dos juros é de subir no procedimento de *roll-over*, sem que os rendimentos possam subir correspondentemente, ou que o tomador de crédito ainda possa “desembarcar” do projeto³⁰. Aqui se revela o caráter fundamentalmente diverso entre juro e lucro: enquanto o juro reage imediatamente às tendências de

²⁹ Alexander Schubert, *ibid.*

³⁰ Isto acontece, por exemplo, com projetos de hidrelétricas, quando sua construção já consumiu capital para o qual foram gerados altos custos em juros, os quais terão de ser pagos de qualquer maneira. Nesse caso, também pode ser economicamente mais sensato continuar o projeto, mesmo sendo previsível que o rendimento real, com juros mais elevados, não atinja a magnitude dos mesmos. A hidrelétrica de Itaipu, no Sul do Brasil, custou, no período 1972-82, US\$ 6,7 bilhões. Até 1990, serão adicionados mais US\$ 2,6 bilhões. Entretanto, nesse período, também terão de ser pagos US\$ 3,9 bilhões em juros. Os juros, portanto, perfazem 38,8% dos custos totais. Dados de: *Süddeutsche Zeitung*, 5./6. Januar 1985.

oferta e procura no mercado, a evolução da taxa de lucro depende de condições estruturais reais, que são pouco influenciáveis no curto prazo. Ainda assim, não só as rentabilidades, como também os juros têm de ser obtidos em termos reais.

Se o sistema bancário internacional, com base em depósitos de curto prazo de empresas e instituições, que só objetivam “estacionar” dinheiro, concede empréstimos para tomadores de crédito que com os recursos financiam projetos de longo prazo, então os bancos têm de zelar para que os ativos depositados não sejam sacados ou para que entrem novos recursos, a fim de permanecerem com a suficiente liquidez. Além disso, com vistas ao pagamento dos seus juros sobre os depósitos, os bancos têm de ficar atentos para que os tomadores de crédito paguem os juros devidos no prazo estipulado. Com esse imperativo categórico do negócio bancário fica especialmente claro que os bancos não são apenas intermediários de um processo internacional de reciclagem, mas que eles mesmos, como instituições que visam ao lucro, assumem um risco.

Numa primeira fase após a eclosão da crise nos anos 70, os bancos podiam conceder créditos baratos, porque para eles fluía capital a juros baixos. Entretanto, com a expansão do negócio, que eles forçavam ativamente, até mesmo “empurrando” crédito para alguns países, os bancos ficam na dependência de atrair para si um constante fluxo de liquidez, para cobrir os depósitos em suas carteiras. Isto se apresenta como desagradável necessidade quando tomadores de crédito se tornam relapsos com suas obrigações. Aqui não se trata tanto dos resgates do principal quanto dos pagamentos de juros. Se estes não entram pontualmente, cria-se, de início, uma necessidade de refinanciamento para os próprios bancos, já que eles, por razões de solvência própria e probidade, têm de continuar efetuando pagamentos de juros no prazo contratado e, em vista disso, têm de lançar mão de reservas ou se munir de liquidez a curto prazo no mercado interbancário. Cresce, por conseguinte, a necessidade de liquidez, o que, não crescendo na mesma medida a oferta de fundos monetários, tem como consequência que a taxa de juros tenda para cima. Esse movimento é ainda reforçado pelo fato de que devedores sem liquidez ou mesmo insolventes igualmente têm de procurar obter novos créditos de curto prazo para o cumprimento de suas obrigações. No momento, pois, em que o atendimento das dívidas (seja por que razões for) começa a estancar, o nível dos juros tem de subir. Isto teria acontecido, mesmo que o Federal Reserve System não tivesse perseguido uma política de dinheiro escasso desde o final de 1979.

5 — A crise de endividamento

Por que todos os países que se endividaram nos anos 70 entraram (ou tiveram de entrar) em crises de liquidez ou de solvência no começo dos anos 80, de sorte que — com a necessidade de reescalonamento das dívidas chegando a um montante de US\$ 37,9 bilhões no ano de 1982 e a mais de US\$ 60 bilhões em 1983 — já desde essa época se pode perceber a necessidade de liquidez com a qual se via confron-

tado o sistema bancário transnacional?³¹ Observando os programas do FMI que são impostos a países endividados nas negociações para o reescalonamento de dívidas, poder-se-ia pensar que dificuldades com o serviço da dívida surgem exclusivamente como consequência de uma política econômica errada, que não foi capaz de solucionar internamente o problema do levantamento de fundos. Essa concepção altamente cômoda das causas da crise de endividamento, de qualquer maneira, não leva em conta o já aludido fato de que a crise de endividamento é um fator da crise do sistema capitalista mundial e, por isso, de nenhuma maneira pode ser solucionada apenas por medidas do Estado Nacional dos países devedores. Pois no processo de endividamento estava contida, desde o início, uma contradição, que ainda tinha de se aguçar com a debilitação dos processos de investimento e de crescimento, em virtude de expectativas de rentabilidade declinantes. A princípio parecia que a reciclagem dos fundos líquidos para os países no limiar da industrialização³², com a transferência de uma parte da poupança dos países industrializados desenvolvidos, pudessem induzir um impulso de crescimento também nos *newly industrializing countries*. Nisto se perdeu de vista, porém, que, mesmo com a utilização produtiva dos créditos tomados, a rentabilidade dos projetos de investimento não constitui, de maneira alguma, condição suficiente para o pagamento do serviço da dívida, já que os

³¹ E. Brau, R. C. Williams et al., "Recent Multilateral Debt Restructurings with Official and Bank Creditors", International Monetary Fund, Occasional Papers 25, Washington D. C. 1983; também Ernst Löschner, "Souveräne Risiken und internationale Verschuldung" (Wien: Manzschke Verlags- und Universitätsbuchhandlung, 1983), p. 54-67.

³² Um cálculo da procedência e destinação regional da liquidez internacional mostra o seguinte resultado:

Contribuições líquidas à liquidez internacional e sua absorção líquida - 1973-82

DE CADA US\$ 100 DE LIQUIDEZ INTERNACIONAL(1)

Provém		São Absorvidos		CONTRIBUIÇÃO LÍQUIDA OU ABSORÇÃO LÍQUIDA(2)	
De países da OCDE	65,6	por países da OCDE	59,5	países da OCDE	+6,1
Da Europa Oriental	1,2	pela Europa Oriental	4,7	Europa Oriental	-3,5
De países da OPEP	10,8	por países da OPEP	5,4	países da OPEP	+5,4
De países em desenvolvimento	22,3	por países em desenvolvimento	30,4	países em desenvolvimento	-8,1

FONTE DOS DADOS BRUTOS: BIZ, Jahresberichte, vários anos.

(1) Posições externas dos bancos no âmbito do Banco de Compensações Internacionais, de Basileia (BIZ), na Suíça. Contrariamente às suposições populares de que os bancos teriam reciclado sobretudo "petrodólares", o quadro mostra que o grosso da liquidez internacional provém dos países da OCDE. (2) Os números positivos referem-se à contribuição líquida, e os negativos, à absorção líquida.

rendimentos, em moeda nacional, têm de ser transferidos na moeda contratual dos créditos, isto é, em dólares. O debate em torno do **problema das transferências**, no fim dos anos 20, foi capaz de mostrar que, sob determinadas constelações de fatores (com determinadas elasticidades de exportação e importação do país endividado e do país credor), até para o país endividado pode resultar um ganho com as transferências. Mas a bruta realidade do processo de endividamento nos anos 80 deixou claro que as transferências, face às estruturas da economia mundial, são quase impossíveis. Pois se países endividados têm de exportar capital em termos líquidos, para com isso saldar juros e amortizações, eles têm de realizar um *superavit* correspondente na balança comercial e na de serviços. Isto, no entanto, só é possível se os países credores estiverem dispostos a aceitar *deficits* correspondentes — abstraindo da hipótese irrealista, em vista da magnitude do problema, de que terceiros suportem o *deficit*.

Com a economia mundial expandindo-se em conjunto, isto não seria um problema, pois então as exportações dos países credores poderiam crescer apesar do *deficit*. Da inversão das posições de *deficit* e *superavit* entre países credores e devedores não surgiriam dificuldades significativas. Apenas as taxas de crescimento das exportações teriam de ser maiores nos países endividados que nos países credores. De nenhuma maneira ficaria aí excluída a hipótese de que também os países credores ainda poderiam registrar acréscimos absolutos nas exportações. Diferente é o caso, entretanto, com o mercado mundial estagnado, quando já eclodiu violentamente a luta por parcelas de mercado de produtos industriais. Então, quase não é possível financiar o *deficit* no balanço de capitais, visando ao serviço da dívida, através de uma balança comercial superavitária. A consequência é uma tendência à desvalorização da moeda, cujos efeitos benéficos sobre as exportações, no entanto, por essa razão, quase não podem ser desencadeados, pois, **em primeiro lugar**, as importações tornam-se mais caras, elevando os custos e, **em segundo lugar**, a quantidade exportada para o pagamento do serviço da dívida cresce em grandezas reais com a taxa de desvalorização e, dessa maneira, é diminuída a oferta interna de bens (e o fundo de acumulação). Todas essas tendências resultam num processo inflacionário, o qual — como provam as experiências em todos os países endividados — se acelera a galope, destruindo a moeda nacional e, como consequência disso, literalmente dissolvendo estruturas sociais. A industrialização endividada desemboca, pois, na inflação, na miséria social³³ e por fim — já que o processo de investimento é freado e não mais podem ser financiadas importações necessárias (por exemplo, de peças de reposição) para a conclusão da “industrialização truncada” — até no contrário daquilo para o que originalmente foram tomados os créditos: na **desindustrialização**. É quase impossível comprovar de forma mais clara e, ao mesmo tempo, mais dramática que o modelo de acumulação da *pax americana* termina num beco sem saída. A esperada industrialização pelo recurso à poupança externa revela-se uma amarga ilusão; não

³³ Ver a análise de Pierre Salama, “Endividamento e Penúria Urbana?”, Ensaio FEE, ano 5, n. 2 (Porto Alegre, 1984, p. 3-14).

existe qualquer industrialização retardatária a custos toleráveis no quadro do sistema hegemônico criado após a Segunda Guerra Mundial. A crise de endividamento também demonstra, portanto, os limites do modelo de acumulação fordista, o qual — como foi mostrado — não pode mais ser intensificado (crescer “na profundidade”) nos países industrializados e, agora, também chega aos limites de seu alastramento (expansão horizontal).

Nessa situação quase sem perspectiva, na qual os juros não podem mais ser pagos a partir do lucro, acontece um processo de socialização da dívida externa em todos os países capitalistas endividados. No Brasil, por exemplo, ainda no começo dos anos 70, 75% dos empréstimos externos foram contraídos por empresas privadas ou bancos e apenas 25% pelo Estado. No começo dos anos 80, a relação inverteu-se. No Chile, ocorreu algo bem semelhante: apesar da ideologia econômica neoliberal, os bancos privados foram massivamente apoiados pelo Estado, a fim de evitar a sua quebra quando não puderam mais satisfazer o serviço dos créditos externos. Quando os juros não podem mais ser derivados do lucro, porque este é insuficiente para tanto, então têm de ser desviados para o serviço externo da dívida meios que, de outra forma, teriam estado à disposição para o consumo ou investimento público. A lógica política dos programas de saneamento do FMI, paradoxalmente (numa instituição tão obstinadamente apegada ao dogma da economia de mercado), visa à socialização do serviço da dívida para sanear os créditos privados. A única instituição, numa sociedade burguesa, com capacidade para ajudar a levar essa lógica à realização é, naturalmente, o Estado, o qual agora é inteiramente voltado à mobilização de recursos para o serviço da dívida e, com isso, perde quase todo o espaço de manobra político, tanto dentro como fora do país. Formulado em termos precisos: o capitalismo endividado socializa suas dívidas.

Enquanto a situação gerada no início dos anos 80 não for fundamentalmente modificada, também os juros reais não cairão para um nível adequado à fase do ciclo. As repercussões são negativas também nos países industrializados, uma vez que a comparação entre a aplicação produtiva em capital real e as aplicações financeiras resulta em detrimento da primeira e em favor das últimas, além do que assim a “taxa pura de lucro” (taxa de lucro menos taxa de juro real) é ainda mais comprimida.³⁴ Disso se evidencia o efeito inverso do *leverage-effect*, com suas — dadas as circuns-

³⁴ Ver os dados da OCDE: OECD, Economic Outlook, n. 33, (Paris: July 1983), p. 57. O Deutsche Bundesbank observa, em relação ao significado dos custos de financiamento como fator explicativo para o fato de o retorno sobre o faturamento das empresas da Alemanha Ocidental ter sido reduzido para a metade desde meados dos anos 60, que: “A isso somavam-se custos de financiamentos mais altos, em que o forte crescimento dos exigíveis (...) e, em alguns anos, também taxas de juro mais altas nos mercados de crédito atuavam na mesma direção. Comparados com outros componentes de custo, os gastos com juros não têm um peso forte nos cálculos de resultado, já que muitas empresas também obtêm receitas de juros com suas aplicações de dinheiro; todavia, os juros têm um significado maior como fator de custos quando se trata da decisão em torno de novos projetos de investimento. Deutsche Bundesbank, “Rentabilität, Finanzkraft und Liquidität der Unternehmen”, Monatsberichte, 37. Jahrg., Nr. 8 (August 1985), p. 31.

tâncias — conseqüências negativas para investimentos e emprego. Esse mecanismo patológico de um reforço auto-adaptador da crise é atenuado apenas pela alta da taxa de câmbio do dólar desde 1981 — a qual, no entanto, também nada mais é do que sintoma do processo de crise da hegemonia dos Estados Unidos, e não expressão autoconsciente da superioridade econômica, tecnológica e política da potência hegemônica. Pois, como cerca de três quartos dos negócios transnacionais de crédito são efetuados em dólares, a massa do crédito internacional concentra-se no sistema bancário e de reserva dos Estados Unidos. O afluxo de liquidez necessário ao sistema, para superar as dificuldades de pagamento dos devedores, é, por essa razão, simultaneamente, também demanda por dólares, de maneira que a taxa de câmbio tem de subir, e isto justamente no momento em que as crises do endividamento são mais agudas e a necessidade de novos créditos-ponte, por conseguinte, é mais premente. Num período de tempo maior, naturalmente, uma valorização da moeda fundada unicamente num critério monetário e de maneira nenhuma justificada em termos reais tem conseqüências desastrosas para a balança comercial, como pode ser visto no exemplo dos Estados Unidos, face ao violento *deficit* acumulado de US\$ 420 bilhões no período 1982-86. Disso advém a pressão a que a moeda fica temporariamente submetida para que seja desvalorizada. Nesse caso, porém, a crise de endividamento é novamente atçada por um outro lado: pois a valorização do dólar era, para os países endividados, uma facilitação para suas exportações, de cujas receitas eles necessitavam para poder pagar o serviço da dívida. Se a taxa de câmbio do dólar baixa, alivia-se o fardo do serviço da dívida, porque, em primeiro lugar, a conversão da moeda própria em dólar torna-se mais barata, e, em segundo lugar, essas fases, via de regra, estão ligadas a um arrefecimento dos juros internacionais. Ao mesmo tempo, todavia, fica mais difícil conseguir as receitas de exportações necessárias ao serviço da dívida quando a própria moeda é valorizada frente ao dólar.

Por essas inter-relações, emerge um novo perigo para a capacidade de funcionamento do sistema internacional, a saber: o crescente endividamento interno e externo dos próprios Estados Unidos. Afinal, o *deficit* da balança comercial tem de ser financiado, e também o *deficit* orçamentário absorve somas bilionárias de liquidez internacional. Também isso é um indício do risco que hoje corre a economia mundial. Como potência hegemônica, os Estados Unidos teriam de poder suprir os países endividados com liquidez para aliviar o fardo da dívida e, assim, torná-lo suportável. Ao invés disso, os Estados Unidos aparecem como concorrentes pelos fundos investíveis e, com os altos juros, levam os países devedores a situações sem saída, nas quais eles não podem nem mais pagar o serviço da dívida, mesmo se assim o quisessem.³⁵

³⁵ Esse é o pano de fundo para os sombrios prognósticos de colapso que Fidel Castro fez em várias entrevistas, no verão de 1985, e depois em Havana, na Conferência sobre a Situação dos Países Endividados da América Latina, no começo de agosto. Ver Folha de São Paulo de 2 de junho de 1985: "Os bancos podem destruir o capitalismo, adverte Fidel Castro. Entrevista com o premiê cubano."

Essa situação é perfeitamente comparável com o estágio final da hegemonia britânica, há mais de 50 anos, quando, igualmente, refluxos de capital dos países endividados para as nações credoras levaram à ruína o sistema internacional da moeda e do dinheiro. Claro que aqui se há de considerar que estamos diante de bem fundamentadas decisões racionais microeconômicas. Uma potência hegemônica, todavia, deveria ter condições de orientar, através de medidas macroeconômicas, o comportamento microeconômico de bancos e empresas de tal maneira que não seja desencadeado o mecanismo da *self fullfilling prophecy*.

Uma retrospectiva sobre as décadas passadas esclarece o quanto a situação atualmente é aguda: até o ano de 1971, os Estados Unidos tinham permanentemente, em virtude de sua superioridade econômica e tecnológica desde a Segunda Guerra Mundial, um *superavit* na balança comercial. Através dele, eles podiam financiar a exportação de capital, tanto o privado na forma de investimentos diretos e em carteira [Portfolioinvestitionen] como o público na forma de créditos e doações. Não é por acaso que o fim da balança comercial superavitária dos Estados Unidos coincidiu com o fim da conversibilidade do dólar e das taxas de câmbio fixas, isto é, da função do dólar como moeda-guia no âmbito do sistema de Bretton Woods. De qualquer maneira, depois disso, os Estados Unidos passaram a ter uma balança comercial fortemente negativa, mas, mesmo assim, uma balança de transações correntes equilibrada por toda a década, até 1981. Entretanto, nos anos 80, também a balança de transações correntes torna-se extremamente deficitária. No período de 1982 a 1986, o *deficit* acumulou montou cerca de US\$ 415 bilhões³⁶ que tinham de ser obtidos através de importações de capital correspondentes. Os Estados Unidos começaram, portanto, a se endividar em termos líquidos frente ao Exterior. No ano de 1985, os Estados Unidos, pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial, apareceram como nação devedora em termos líquidos: as obrigações externas ultrapassaram os haveres externos. A potência hegemônica caiu tendencialmente numa situação comparável àquela dos países devedores do Terceiro Mundo, mas só até certo ponto, pois os Estados Unidos têm o problema da obtenção dos recursos para o serviço da dívida externa (difícil o bastante de solucionar, dada a sua baixa taxa de poupança), mas não o problema da conversão. Encontram-se na situação, comparativamente confortável, de poder ofertar eles mesmos a moeda na qual estão endividados. Porém, se eles porventura cederem à tentação de aliviar o serviço da dívida de modo inflacionário ou através de uma política de desvalorização, então as conseqüências para a economia mundial serão imprevisíveis.

³⁶ Ver OECD, Economic Outlook, (Paris, June 1985), n. 37, p. 55.

6 — Ameaça ao sistema capitalista mundial

A conjugação de fatores estruturais de crise, que colaboraram para a queda da taxa de lucro, com a autonomização monetária frente às tendências da acumulação real e com a erosão da potência hegemônica do sistema capitalista mundial é responsável pela longa duração da atual fase de crise e estagnação. A desvinculação entre acumulação monetária e real e sua contraditoriedade poderiam ser atenuadas ou superadas, quer através de uma redução das exigências monetárias dos fornecedores de crédito, quer através de uma elevação da capacidade real de pagamento dos devedores. É para esta última perspectiva que atualmente apontam os programas do FMI para países na crise de endividamento e também os acordos que os bancos privados fazem com seus devedores. Mas é evidente que existem limites ao serviço da dívida, tanto por razões internas nas sociedades dos próprios países endividados como também por razões estruturais do desenvolvimento do mercado mundial. Sobre isso já chamamos atenção. Portanto, também deve ser considerada a perspectiva de uma redução das exigências monetárias. Por muitos bancos, ela já foi em parte antecipada pela formação, nos últimos anos, de elevadas reservas para a esperada necessidade de depreciação. Ainda assim, a realização de prejuízos aparece como a espada de Dâmoqueles, que paira sobre o sistema creditício internacional e que, de um só golpe, poderia cortar o complicado entrelaçamento das relações monetárias.

Essa ameaça poderia ser reduzida se a potência hegemônica, institucionalmente e com os seus meios, ainda estivesse em condições de exercer suas funções para a reprodução do sistema capitalista mundial. Presentemente, essas funções consistiriam sobretudo em elaborar um esquema de divisão consensual de prejuízos e em não deixar que o mercado resolva como as exigências monetárias novamente serão compatibilizadas com a capacidade real de pagamento; enfim, quem terá de suportar os prejuízos. Afinal, esse modo de superação da crise somente leva a que os estados nacionais venham em socorro dos capitais em situação aflitiva. O mercado mundial tende, dessa maneira, a desagregar-se em zonas resguardadas pelo protecionismo. O sistema internacional de crédito seguramente não suportaria tais desdobramentos: ruiria em pedaços. Isto aconteceria não somente porque numa situação dessas muitos devedores — países do Terceiro Mundo, empresas transnacionais, possivelmente também os Estados Unidos — teriam de reduzir ou suspender seu serviço da dívida, mas também porque, com a ruína do mercado mundial, o dólar cessaria de atuar como moeda mundial. Verificar-se-ia, então, que apenas o ouro ainda seria valor internacional, porque o dólar não **representaria** mais nenhum valor.

Uma superação do período de estagnação e crise do sistema capitalista mundial só pode ser alcançada se de fato for apontado um caminho de como as exigências monetárias e a capacidade real de pagamento podem ser postas em sintonia. Isto pressupõe, como já foi dito, um tipo de consenso sobre a repartição dos prejuízos a se efetivarem com a depreciação de créditos. Mas, o que vem depois? Se foi constatado, através dessa crise, que a forma de reprodução econômica e de organização política do sistema mundial impede que dentro dos países industrializados todos os que procuram emprego também possam ser empregados no setor formal ou “típico”

e impossibilita que os países ainda não industrializados recuperem o processo de industrialização na forma fordista específica, então também deve ser sacada como conclusão final: o futuro desenvolvimento na sociedade mundial somente pode acontecer numa forma que abandone o tipo de regulação, o modelo de acumulação das décadas passadas.

Abstract

The main question analyzed in this article is the continued persistence of the world's economic crisis, that is developing since, at least, the mid-seventies and takes on a predominant financial nature. For that reason, unlike previous crises, there is, in the present crisis, a stagnation in the real economic aggregates, together with a great increase of the monetary aggregates. The credit loans of the transnational banks, whose interest rates largely exceed the returns on investments in real capital, are but one example of the current situation.

This peculiarity places the economies of **late industrialization** in an unprecedented debt crisis, the effects of which are also associated with the limits of expansion of the fordist model of accumulation itself, which has taken place in the economies, at least ever since the end of the Second World War.